

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ORDENAMENTO
TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS**

**PUBLIC POLICIES AND TERRITORIAL PLANNING IN
THE RURAL SETTLEMENTS OF THE MUNICIPALITY OF
NOVA ANDRADINA/MS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS Y PLANIFICACIÓN ESPACIAL EN
ASENTAMIENTOS RURALES EN EL MUNICIPIO DE NOVA
ANDRADINA/MS**

Fabiano Greter Moreira¹
fabiano.greter@ufms.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos relacionados à presença do Estado na questão agrária no município de Nova Andradina/MS, suas políticas e atuações na construção do conceito de reforma agrária, bem como a distribuição de terras aos trabalhadores rurais sem terra, na proposta desenvolvimentista do campo brasileiro. Utilizou-se como metodologia, a pesquisa qualitativa e a história oral, por meio, de entrevistas junto aos assentados do município. Dentre os principais resultados obtidos na pesquisa, evidenciamos junto aos assentados, quais programas sociais de Estado que são pautados no campo dos assentamentos rurais do município, bem como a inoperância das políticas públicas de apoio aos assentados em seus lotes.

Palavras-chave: assentados, programas sociais, questão agrária.

Abstract

This article aims to analyze the aspects related to the presence of the State in the agrarian question in the municipality of Nova Andradina / MS, its policies and actions in the construction of the concept of agrarian reform, as well as the distribution of land to landless rural workers, in the proposal of the Brazilian field. The methodology used was qualitative research and oral history, through interviews with the settlers of the municipality. Among the main results obtained in the research, we show to the settlers, which state social programs are based on the rural settlements of the municipality, as well as the inoperative public policies to support the settlers in their lots.

Keywords: settlers, social programs, agrarian question.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA).

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar aspectos relacionados con la presencia del Estado en el tema agrario en el municipio de Nova Andradina / MS, sus políticas y acciones en la construcción del concepto de reforma agraria, así como la distribución de la tierra a los trabajadores rurales sin tierra, en propuesta de desarrollo del campo brasileño. La investigación cualitativa y la historia oral se utilizaron como metodología, a través de entrevistas con los colonos del municipio. Entre los principales resultados obtenidos en la investigación, mostramos, junto con los colonos, qué programas sociales estatales que se guían en el campo de los asentamientos rurales en el municipio, así como la ineficacia de las políticas públicas para apoyar a los colonos en sus parcelas.

Palabras clave: colonos, programas sociales, tema agrario.

INTRODUÇÃO

O entendimento do poder do Estado na estrutura fundiária no Brasil é representado pelas ações ao longo dos tempos. O próprio Estado é criador dos conflitos agrários no país, sobretudo na contra reforma agrária, ou ainda, na não reforma agrária, como já elencada pelos pesquisadores Octávio Ianni e Bernardo Mançano Fernandes. Partir do princípio de abrir novas fronteiras, desenvolver novos horizontes, ampliar a capacidade produtiva, colonizar regiões não povoadas ou pouco exploradas, enfim, a ideia dessa dimensão decorre das decisões do Estado. Por isso, legalizar o que não é legal, dar posse a quem não é de direito ou quem não conquistou este direito de maneira “limpa”, pode provocar consequências irreversíveis, distribuindo de forma desigual ou nula o que antes era de todos ou de uma classe já de direito, como os índios, os posseiros, os camponeses, etc.

Para Ianni (1994), é histórico o debate sobre como a sociedade e estados se relacionam, qual deles deveria ser subordinado a quem. Cada Estado possui suas histórias e tradições adquiridas com o tempo, ou seja, existe uma sociedade em cada Estado, porque vivemos em estados. Ianni (1971) ressalta que, no período governamental de Juscelino Kubitschek (1956-1960), solidificaram-se as relações entre o Estado e a economia, onde o Estado garantia forte atuação à expansão do capital estrangeiro, bem como a dependência do país junto ao sistema capitalista globalizado. As políticas econômicas seguidas pelos diferentes governos brasileiros oscilam entre duas tendências, que partem da criação de um capitalismo nacional e associar-se ao capitalismo mundial, denominada de estratégia de desenvolvimento dependente ou modelo econômico brasileiro.

Além das relações do Estado no arranjo político da questão agrária no Brasil, descrevemos, ainda, uma análise das políticas públicas de apoio aos assentamentos rurais e o papel do Estado em seu ordenamento territorial no município de Nova Andradina/MS. A criação de políticas públicas que visam atender aos assentados de reforma agrária está diretamente ligada em como o Estado cumpre estas políticas. O acesso às políticas públicas deve ocorrer e, sem distinção, a todos os assentados de assentamentos do município. Entretanto, em nossa pesquisa foi possível analisar que as políticas públicas de assistência técnica rural, de crédito, de venda de alimentos e, entre outras, está longe de ser um atendimento universal aos assentados. Questões como regularização de lotes, contratos de concessão de uso da terra, declaração de aptidão ao Pronaf, enfim, travam ainda mais o processo produtivo dos assentados, pois, sem a documentação necessária, que são de responsabilidade do Estado, ficam impedidos de acessar os programas sociais nos assentamentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”, ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se na metodologia a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com 19 (dezenove) assentados, divididos em: 04 (quatro) no PA São João, 05 (cinco) no PA Casa Verde, 05 (cinco) no PA Teijin e 05 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal de nossa pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas para posterior aprovação dos participantes, seguindo orientações de Meihy e Ribeiro (2011). O participante que não concordou com a sua identificação e a de seu lote, não foram reveladas suas identidades. As entrevistas foram realizadas no lote de cada participante e/ou em local definido pelo próprio assentado e tiveram duração de aproximadamente 1 hora, dependendo da disponibilidade dos participantes. Para tanto, padronizamos a identificação de nossos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5); Assentamento Casa Verde (CV1, CV2, CV3, CV4, CV5); Assentamento São João (SJ1, SJ2, SJ3, SJ4) e; Assentamento Santa Olga (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes.

ÁREA DE ESTUDO

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos Estados de São Paulo e Paraná. Conta com um número populacional estimado de 55.224 habitantes (IBGE, 2020). O município foi fundado em 20 de dezembro de 1958 e instalado oficialmente no dia 30 de abril do ano seguinte, em 1959, quando se desmembrou da comarca de Rio Brillhante, pertencente, até então, ao município de Bataguassu.

O município ocupa o 8º lugar em número populacional de acordo com as estimativas do IBGE realizada no ano de 2020, dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como antecessores os municípios de Campo Grande (906.092), Dourados (225.495), Três Lagoas (123.281), Corumbá (112.058), Ponta Porã (93.937),

Sidrolândia (59.245) e Naviraí (55.689). Desde 2010, percebeu-se a instalação de um considerável número de Indústrias Sucroenergéticas na região e cooperativas agropecuárias.

O pecuarista paulista, Antônio Joaquim de Moura Andrade (1889-1962), chegou à região de Nova Andradina por volta de 1938, quando adquiriu do Estado a Fazenda Caapora, que passou a chamar-se de Fazenda Primavera (hoje pertence ao município de Batayporã) e é o mesmo colonizador de Andradina, localizada no interior de São Paulo. Em 1957, o paulista desmembrou uma gleba da Fazenda Baile (adquirida em 1951). Foi neste período que se deu início aos trabalhos nas terras que hoje compõem Nova Andradina. Após este processo, foram loteadas outras propriedades rurais, oferecendo grandes vantagens aos migrantes. A ação culminou em uma veloz povoação da região, contando com um relevante número de paulistas, paranaenses, mineiros e, principalmente, nordestinos, que se deslocaram ao então embrião da cidade (PMNA, 2017).

Conhecida como a “Capital do Vale do Ivinhema”, Nova Andradina tem uma localização estratégica na confluência de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, o que contribuiu para a expansão de um modelo de economia, principalmente no tocante à criação e abate de bovinos, o que lhe rendeu o título de “Capital do Boi”, pela importância de ser um dos principais polos pecuários do Brasil. Pela lei nº 241, de 31-10-2000, foi criado o distrito de Nova Casa Verde e anexado ao município de Nova Andradina. Em divisão territorial datada de 2003, estabeleceu o município em dois distritos: Nova Andradina e Nova Casa Verde (PMNA, 2017).

Dentre os municípios citados em níveis populacionais, apresentamos uma relação dos Projetos de Assentamentos Rurais das referidas cidades e suas representações em capacidade de famílias assentadas, número de assentamentos e áreas, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Assentamentos rurais dos municípios (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Sidrolândia, Naviraí e Nova Andradina) em 2018.

Municípios	Nº Assentamentos	%	Famílias Assentadas	%	Área PA	%
Campo Grande	03	5,17	269	2,50	4.280,5033	1,56
Dourados	02	3,45	212	1,96	5.197,6612	1,89
Três Lagoas	03	5,17	120	1,11	3.729,7892	1,36
Corumbá	07	12,10	1.221	11,30	33.570,3933	12,25
Ponta Porã	15	25,86	3.006	27,82	80.886,9269	29,54
Sidrolândia	23	39,65	4.007	37,08	80.011,4174	29,20
Naviraí	01	1,70	113	1,05	2.453,1666	0,90
Nova Andradina	04	6,90	1.856	17,18	63.862,2104	23,30
Total	58	100	10.804	100	273.992,0683	100

Fonte: Adaptado a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

A Tabela 1 nos revela que o município de Nova Andradina está em 8º lugar em nível populacional, mas, quando se trata de áreas de assentamentos, o município fica em 3º lugar entre os oito mais populosos do Estado, com 23,30% do total, atrás apenas de Sidrolândia, com 29,20% e Ponta Porã, com 29,54%, dos mais de 270 mil hectares de áreas de Projetos de Assentamentos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nas últimas três décadas, foram implantados, no município de Nova Andradina, quatro Projetos de Assentamentos (PAs), de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), sendo estabelecidos da seguinte forma:

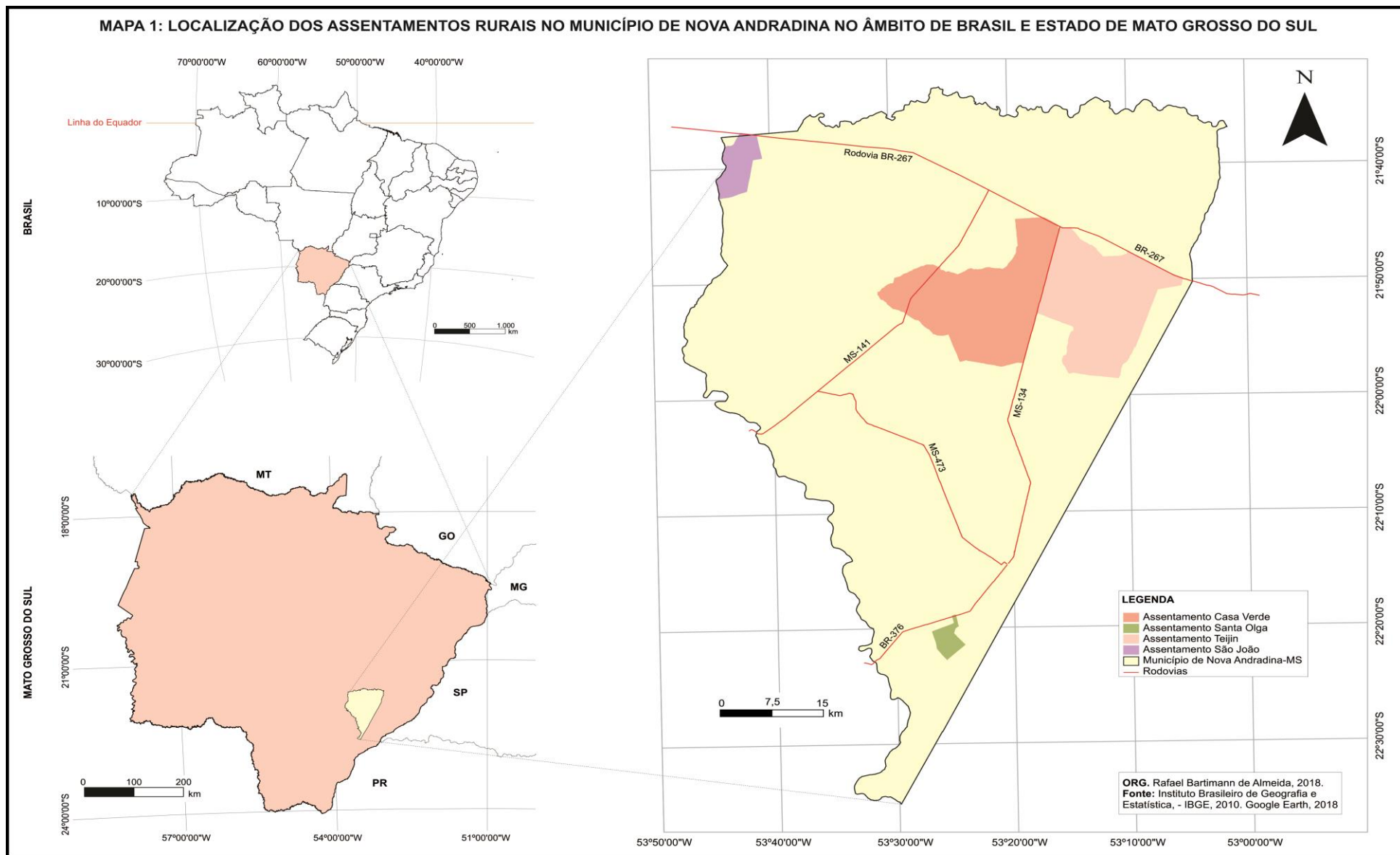
a) O Projeto de Assentamento Casa Verde localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde, com uma área territorial de 29.859,9889 ha (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove hectares e noventa e oito ares e oitenta e nove centiares), com capacidade de 471 lotes, que atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 460 famílias assentadas.

b) O Projeto de Assentamento Santa Olga localiza-se na Rodovia MS-276, Km 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Último assentamento a ser criado no município de Nova Andradina, possui uma área territorial de 1.492,5021 ha (um mil, quatrocentos e noventa e dois hectares e cinquenta ares e vinte e um centiares) com capacidade de 170 lotes, que atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 168 famílias assentadas.

c) O Projeto de Assentamento Teijin localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde ou a Rodovia BR-267, que liga o Estado do Mato Grosso do Sul ao Estado de São Paulo, com uma área territorial de 28.497,8194 ha (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e sete hectares e oitenta e um ares e noventa e quatro centiares), com capacidade de 1.094 lotes, que, atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 1.056 famílias assentadas.

d) O Projeto de Assentamento São João situa-se na antiga Fazenda São João, localizada no município de Nova Andradina, Rodovia BR-267 km 172 + 100 m, que liga o Distrito de Nova Casa Verde a Nova Alvorada do Sul, com uma área territorial de 4.011,9000 ha (quatro mil, onze hectares e noventa ares), com capacidade de 180 lotes, que, atualmente, segundo o INCRA (2018), possui 172 famílias assentadas.

Apresentamos, a seguir, o Mapa 1, com a localização dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina nos âmbitos de Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2018).

Os assentamentos rurais no município de Nova Andradina estão entre os maiores assentamentos em extensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul e do País e estão localizados em um ponto geograficamente estratégico, de relevante expressão econômica na região do Vale do Ivinhema. Segundo dados emitidos pelo INCRA (2018), a área total dos assentamentos é de aproximadamente 64 mil hectares, 13,86% do total do território do município, conforme aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), com capacidade para assentar 1.915 famílias em seus projetos. O Projeto de Assentamento com maior área territorial é o Casa Verde, com 46,75% do total da área de PAs do município, com lotes de vários tamanhos, podendo chegar mais de 100 ha. O menor é o Santa Olga, com 2,33% de área e em torno de 06 ha cada lote (somados as áreas societária e individual).

O PAPEL DO ESTADO NO ORDENAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Segundo Ianni (1979, p. 15), foi durante os anos 1964 a 1978, que o “estado brasileiro foi levado a realizar uma política econômica agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital”. Neste período, medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo, como ressalta o autor. Mediante estas medidas, criaram o capitalismo dependente, no qual o mecanismo do Estado foi agarrado vastamente pelo capital monopolista nas atividades agrícolas do país em meio à monopolização de posse das terras, ocorrendo sob condições políticas e econômicas extremamente agressivas e repressivas.

Para Fernandes (2000, p. 45) os objetivos dessas colonizações eram:

Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo iniciou vários projetos de colonização, principalmente, na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária.

Com o poder estatal a serviço do capital monopolista, nacional e estrangeiro, a terra se tornou “reserva de valor”, segundo Ianni (1979, p. 236), e, com isso, a apropriação de terras devolutas, tribais e ocupadas foram facilitadas a desenvolver atividades econômicas extrativas, agropecuárias, entre outras com um modelo de reforma agrária

colonizadora dirigida de forma oficial e/ou particular, com o objetivo de “distribuir as terras a alguns trabalhadores rurais sem terras do Nordeste, do Centro-Sul e também no Oeste e no próprio Norte”, o que o autor nomeou de Contra-Reforma Agrária.

O regime militar responde por uma grande parcela dos conflitos da questão agrária no país. Martins (1994) manifesta em sua obra “o poder do atraso” que o governo centralizador militar, juntamente com as oligarquias são responsáveis pela regulação de alternância no poder republicano brasileiro. Ressalta que o militarismo era repressivo e centralizador do poder, porém, não contrariava os grandes proprietários de terras. Exemplo disso foi à viabilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por Getúlio Vargas, não contemplando os trabalhadores rurais que viviam em uma relação de trabalho de dependência pessoal e de escravidão.

Com a criação da Lei de Terras (que instruíu o impedimento o acesso à propriedade de terra pelos trabalhadores rurais) e o Estatuto da Terra, o regime militar procurou classificar o que seria latifúndio para distinguir entre terras desapropriáveis de terras não desapropriáveis. Martins (1994) relata que na década de 50 e 60, no Brasil, a questão agrária se revelou em meio às relações de classes como um instrumento de mudança e transformação social e econômica. Vistos as lutas camponesas no mundo, percebeu-se o seu fator de desestabilização da ordem social e política tradicional, fundamenta na propriedade da terra.

Por outro lado, criaram-se mecanismos para legalizar as terras, com isso, a aquisição pelos empresários (produto de grilagem), como forma de compensação, os proprietários recebiam incentivos fiscais, para tornar a terra produtiva, exemplo ocorrido no Estado do Amazonas. Por meio disso, o regime militar modernizou a propriedade da terra, afastando as possibilidades de uma reforma agrária radical, que levaria à prática de expropriação dos grandes latifúndios. Por conseguinte, “comprometeu os grandes capitalistas com as propriedades fundiárias e suas implicações políticas” (MARTINS, 1994, p. 80).

O enfrentamento entre o capitalismo e o campesinato, ditado pela resistência do camponês ao capital, inscrito em uma perspectiva de classe, possui uma característica singular dos camponeses que é sua capacidade de produzir os seus meios de autoconsumo. Diante desse embate de interesses, o Estado é chamado a intervir, sabendo-se que a produção camponesa é primordial para o abastecimento de alimentos ao mercado interno

do país, por isso, tende de modo pontual inserir políticas públicas para atenuar estas contradições para que esse equilíbrio fragilizado seja preservado (PAULINO, 2006).

Para Martins (1994), no Brasil, o atraso é instrumento do poder, que faz da propriedade da terra o centro histórico do sistema político atuante no país. Este sistema político renovado e o capitalismo moderno impedem a constituição e a evolução da sociedade civil brasileira, bem como a cidadania do povo. A sociedade é instrumento do Estado e dominada pelo mesmo por meio de políticas do clientelismo e da subordinação pela base tradicional patrimonial rica do país. Com isso, ocorrem fortes opressões, no que diz respeito à distribuição de terra aos sem terra no Brasil, pois o atual cenário político brasileiro visa atender o sistema político capitalista, em contradição à organização de produção camponesa, atribuídos à política da agricultura familiar nos assentamentos rurais.

Oliveira (2009), em seu texto “a política de reforma agrária no Brasil”, trata a chamada modernização da agricultura como a transformação de empresários capitalistas industriais e urbanos em latifundiários. Exemplos disso são os complexos agroindustriais, agropecuários, confinamentos, entre outros, que, na verdade, querem dizer que...

[...] a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de **concentração da riqueza e do capital**. Seu desenvolvimento se faz, principalmente, através da fusão em uma mesma pessoa do capitalista e do proprietário de terra. Foi, portanto, por isso que **na década de 90 as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se e o Estado** teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários (OLIVEIRA, 2009, p. 27 – grifo nosso).

A permissão de políticas públicas de acesso a terra sempre foram barradas pelas elites brasileiras e o Estado, controlador deste acesso, não só permitiu pactos como o golpe militar de 1964, mas tornou capitalistas do Centro Sul do país os maiores latifundiários que a história humana registrou, sobretudo no Estado de Mato Grosso do Sul, que possui mais de 5 milhões de hectares de terras improdutivas (OLIVEIRA, 2009). No Quadro 1 apresentamos a distribuição de terras em nosso país, de acordo com o Relatório do DATALUTA Brasil (GIRARDI, 2017), quando, nota-se que proprietários de terras que possuem mais de 1.000 há, representam próximos de 2% do total de imóveis, porém, são detentores de quase 60% da área total fundiária do país.

Quadro 1: Estrutura Fundiária Brasileira em 2014.

Classe de Área (ha)	Total de Imóveis	% dos Imóveis	Total de Área (ha)	% de Área
Menos de 10	2.208.467	35,968%	9.713.045,19	1,312%
de 10 a menos de 25	1.499.140	24,415%	24.305.032,47	3,283%
de 25 a menos de 50	932.481	15,187%	32.802.217,70	4,430%
de 50 a menos de 100	665.642	10,841%	46.170.133,05	6,236%
de 100 a menos de 500	645.700	10,516%	133.446.464,51	18,024%
de 500 a menos de 1.000	93.658	1,525%	65.276.368,53	8,816%
de 1.000 a menos de 2.000	48.234	0,786%	66.717.495,31	9,011%
de 2.000 a menos de 5.000	36.639	0,597%	108.793.966,83	14,694%
de 5.000 a menos de 10.000	7.100	0,116%	50.696.144,66	6,847%
de 10.000 a menos de 20.000	1.591	0,026%	21.770.955,74	2,940%
de 20.000 a menos de 50.000	879	0,014%	26.261.973,04	3,547%
de 50.000 a menos de 100.000	222	0,004%	15.806.316,49	2,135%
100.000 a mais	365	0,006%	138.641.532,26	18,725%
Total ==>	6.140.118	100%	740.401.645,78	100%

Fonte: Adaptado a partir de dados do DATALUTA (GIRARDI, 2017).

Enquanto o volume de terras está em posse dos grandes latifundiários, por outro lado, os assentamentos rurais estão classificados na área que detém mais de 50% dos imóveis registrados. Quando confrontamos as duas classes de área iniciais (menos 25 ha – representam mais de 90% de nossa pesquisa) da estrutura fundiária brasileira de 2014, com a do ano de 2012, revelamos uma estagnação na quantidade de imóveis desta classe, com modestos 1% de aumento. As informações reafirmam as pesquisas realizadas pelo DATALUTA (GIRARDI, 2017), sobre a não realização de reforma agrária nos últimos anos no Brasil, sustentados pelo poder da centralidade agrária do país.

O atraso arquitetado pelo sistema político, descrito por Martins (1994) e as contribuições de Ianni (1994), vem confirmar o que nossa pesquisa encontrou em termos de política agrária nos assentamentos rurais, bem como a condição verdadeira e prática da reforma agrária brasileira, representadas nesta fração de território. O descaso e o desrespeito aos acampados mostram como os critérios desta reforma, não estão aplicados

de maneira a garantir o acesso a terra, mas “a penosidade de se manterem vivos na luta pela terra até conseguir entrar no lote”. Não que ao entrarem no lote, a morosidade e ausência dos órgãos competentes sejam menores ou maiores, mas o tratamento vivido pelos assentados em garantir a sua reprodução camponesa.

Isolados dentro de uma fração de terra, mediante a necessidade da sobrevivência, o Estado, que deveria estar presente em todos os momentos, antes, durante e depois da tão sonhada luta pela terra, simplesmente se exonera deste dever, restando apenas o que a nossa participante nos relatou:

O sorteio do lote foi no canequinho, todos tiravam um número. Noutro dia seguido ao sorteio, fomos olhar o lote, mas, **“olhar e vir fazer o quê?”** Não tinha por onde entrar no lote (mato fechado), não possuía estrada, era somente uma divisa e uma picadinha realizada pelo INCRA. Depois que fizeram uma estradinha de grade, entramos no lote, “agora vamos encarar a vida”, pois, nos disseram no dia do sorteio, o **“número do teu lote é 373 se vira agora”**, tá lá. Logo ao receber o lote, foi bem difícil, tivemos vários momentos que dava vontade de desistir, mas **“encaramos a vida”**. Não tínhamos domingo, nós não tínhamos sábado, era trabalhar direto sem parar, até mesmo em noites com lua clara, pois era eu e o marido e as filhas pequenas (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde – grifo nosso).

A força da resistência camponesa relatada pelo assentado ao dizer: “vamos encarar a vida”, reafirma o poder do campesinato nos assentamentos rurais. Chayanov (1981) ressalta que a produção camponesa não pode ser analisada sobre as conjunturas econômicas modernas, ou melhor, dizendo, o capitalismo. Este processo de produção está baseado na produção e no sustento familiar. O autor revela ainda que, essa luta trata que o princípio básico de organização da produção camponesa, está construído no atendimento de suas necessidades, configurado respectivamente como uma unidade de produção e consumo, e ainda:

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade (CHAYANOV, 1981, p.133-134).

O retrato desta passagem se repete aos assentados do Assentamento Casa Verde, claro que, cada um com seu desafio, sofrimento e coragem de continuar perseverando no lote. A caráter do Estado, não está apenas no “se vira, o lote está lá, agora trabalhe e

cuide”, mas na assistência mínima de uma condição de dificuldade em todos os sentidos, iniciando pelas necessidades básicas de vida, como alimentação, higiene, água potável e energia elétrica, pois a falta destas condições elementares de sobrevivência coloca em risco a vida dos assentados e a anulação do Projeto de Assentamento, enquanto programa social no campo. Destacamos mais um trecho da dificuldade da instalação de água e energia nos lotes do Assentamento Casa Verde.

O primeiro poço foi instalado pelo INCRA depois de 10 anos do sorteio dos lotes e, o mesmo não possuía encanamento para o lote. Como não tínhamos dinheiro para compra encanamento com 2400 metros, precisamos nos reunir em três famílias, porém, a água não chegava, pois o consumo era muito.

Depois de um tempo, conseguimos puxar o encanamento para o lote, pedindo autorização dos demais lotes até chegar à tubulação direta ao lote.

Foi solicitado para a prefeitura de Nova Andradina um caminhão pipa para abastecer os lotes com água, a frequência era semanal, até conseguirmos um depósito para deixar reservado, principalmente para usar na produção de carvão, pois para o consumo esta água não era boa. Neste período nós buscávamos água para o consumo no Angico, até a instalação do poço e o encanamento aos lotes. **Rezávamos pra chover para colocar as vasilhas embaixo da goteira**, devido esta condição no abastecimento de água.

A rede de energia elétrica demorou em ser ligada, nem lembro o ano que chegou. Os primeiros vizinhos com recursos próprios puxaram por conta própria energia elétrica aos lotes, nos convidou para participar, mas não tínhamos condições financeiras suficientes. Quando anunciaram que a rede seria instalada, lembro “que nós **compramos freezer e liquidificador, porém, ficaram desligados mais de ano** até a rede ficar pronta e chegar aqui no lote” (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde).

Momentos de angústia e de total abandono pelos órgãos competentes, que contribuíram nas inúmeras desistências de assentados nos lotes do Assentamento Casa Verde. Ao transitar pelas estradas e travessões do assentamento, é possível avaliar a dimensão da dissidência de assentados, promovendo um novo território capitalista dentro do assentamento, próximo ao da Fazenda desapropriada, que, segundo relatos, existem propriedades com 2 lotes e que podem chegar até 15 (passando de 200 ha) em alguns casos, formando latifúndios dentro do assentamento, segundo o assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017 – Assentamento Casa Verde).

A política de Reforma Agrária é um desafio nos assentamentos rurais, ficando evidente em nossa pesquisa, como o “é necessário que o Estado esteja mais presente no cumprimento desta política”, e, ainda:

Porque se funcionasse todos os assentados que receberam o sítio estavam lutando em seu lote. No entanto as políticas públicas de reforma agrária e o compromisso do INCRA colaboram para a desistência, venda ou troca dos

lotes. Tem famílias que batalham, acampam e lutam pela posse de terra e não conseguem, por outro lado, como ocorreu com meu vizinho de sítio (lote), já passou por mais de 10 mãos, e o que adquiriu por último conseguiu o título de posse do lote. Eu acho que se eu ficar acampado que nem eu fiquei, pra pegar um pedaço de terra, é pra eu viver em cima do lote, não posso pegar e passar pra frente e fazer dinheiro. Por isso que eu não acredito na reforma agrária do Brasil e, piora a cada dia com as políticas públicas atuais, exemplo disso está em nosso assentamento, que das 480 famílias assentadas na criação, se tiver, 10% aqui (assentada CV3, entrevista realizada dia 13/10/2017, Assentamento Casa Verde).

A moradia nos lotes segue critérios particulares em cada assentamento, pois os nossos participantes do Assentamento Casa Verde não receberam o fomento para a construção da casa, porém, já os assentamentos Teijin e Santa Olga foram beneficiados pelo recurso.

PROGRAMAS SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os programas e as ações estabelecidas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) visam o fortalecimento e apoio aos assentados nos assentamentos rurais. Dentre os quais, o acesso ao crédito rural, à assistência técnica, à geração de renda, à agregação de valor, entre outros que contribuem e promovem o desenvolvimento no campo brasileiro. Porém, em virtude de falta de documentos, de assistência técnica e o cumprimento ativo do Estado, no que tange a reforma agrária nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS, os assentados ficam impedidos de acessar as políticas públicas. É necessário um atendimento justo aos assentados do município, para que os programas sociais sejam efetivamente direito de todos na produção camponesa nos assentamentos do município.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF²), criado em meados de 1996, financia projetos individuais ou coletivos, que buscam criar fontes de renda aos assentados da reforma agrária. O programa discute sobre a necessidade do crédito, seja para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não

²Criado em substituição ao PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

agropecuários e, ainda, o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, entre outros.

O PRONAF está aplicado em todos os assentamentos do município de Nova Andradina. A sua finalidade de fortalecimento aos assentados em seus lotes foi confirmada em nossa pesquisa. Todos os investimentos e aquisições realizadas nas propriedades contaram com a participação do mercado local, na venda de insumos para a reforma das pastagens, no cercamento do lote, nos refrigeradores de leite, na construção das casas, na ordenha mecânica, na aquisição de vacas/touros/bezerros para leite e corte, entre outros, suprimentos adquiridos exclusivamente para serem empregados no processo produtivo dos lotes e no bem estar dos assentados.

No Assentamento Casa Verde, o mais antigo do município, criado em 1987, alguns assentados tiveram acesso ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) primeiramente, depois ao PRONAF, no início da década de 1990. O crédito contribuiu para a abertura do lote, no período que era cerrado e as atividades estavam ligadas aos fornos de carvão para o sustento das famílias. Com isso, foi possível estruturar os lotes com a aquisição de gado leiteiro, resfriadores para armazenar o leite, na reforma das pastagens e abertura dos lotes, entre outros. Lembrando que este crédito está condicionado ao assentado que possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), desde que não possua nenhuma pendência em seu lote, permitindo o acesso aos projetos do financiamento.

No Assentamento Teijin, criado no ano de 2002, os assentados tiveram acesso ao PRONAF somente após o ano de 2010, em virtude de documentos pendentes no INCRA. O relato do assentado TJ2 descreve como a linha de crédito pode colaborar para estruturar o lote e de sua família, bem como na circulação de relações comerciais no território no qual está inserido:

Em fevereiro de 2012 saiu o valor de 20 mil reais. A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) realizou os cadastros dos assentados. Primeiro investi no gado, fiz um projeto para a compra de um tourinho e cinco vacas acompanhadas, e quatro (novilhas) prenhas, no valor de dois mil por cabeça. Como eu consegui comprar um gado mais barato, me sobraram sete mil reais. Com este valor comprei 22 folhas de ternite grande, construí uma mangueira com dez metros de comprimento, comprei um tanque para minha esposa lavar roupa, um tambor para coletar o leite, carriola e, ainda, um reservatório de água com oito mil litros e uma bola de arame. Além da estrutura do lote, construí um banheirinho ali no fundo também, compramos pedra brita, cimento, ferro, e o transporte do gado. Eu sei que se a gente contar o tanto de coisa que eu fiz com esses sete mil, eu investi tudo em cima do sítio,

adquiridos aqui no município (assentado TJ2, entrevista realizada em 11/10/2017 – Teijin).

As situações conflitantes dos lotes e dos assentados ao acesso do PRONAF percorre também no Assentamento São João. Instituído no ano de 2004, somente em 2014, os assentados de nossa pesquisa conseguiram ter acesso ao PRONAF, como um de nossos participantes relata “tínhamos que andar com nossas próprias pernas” (assentado SJ1, entrevista realizada dia 27/10/2017). Um dos fatores que fomentam esta lentidão, segundo nossos participantes, está relacionado ao atendimento do Estado junto aos assentados para possibilitar a regularização dos lotes. O primeiro acesso ao PRONAF foi de 20 mil reais, que foram empregados na aquisição de vacas leiteiras, na construção das casas, nas benfeitorias do curral, diretamente investidos nos lotes, proporcionando melhores condições de trabalho e de conforto as famílias. O assentado ressalta que quase metade dos assentados do São João não teve acesso ao PRONAF ainda, não possuindo casa, energia elétrica e água encanada em seus lotes.

O Assentamento Santa Olga, criado também no ano de 2006, porém, comparado aos demais assentamentos do município, recebeu um tratamento diferenciado ao descrever sobre o PRONAF, no que diz respeito à espera pelos documentos necessários e obrigatórios para o financiamento. Segundo o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018), após três anos assentado em seu lote, conseguiu acesso ao financiamento, adquirindo vacas leiteiras e:

Então, aí compramos as vacas, começamos a tirar um leitinho, quer dizer, já melhorou, mas aí tinha um bezerro pra negociar também. Através da horta eu fiz o financiamento do carro, vendendo couve também, até o carro saiu pelo projeto de venda de couve, apresentei as notas de venda e o banco entendeu que poderia emprestar o dinheiro que não tinha problema, emprestou o dinheiro, comprei o carro que foi minha ferramenta de trabalho. Na verdade o carro foi o que me alavancou no lote, o que me segurou no assentamento, pois eu tinha como transportar a minha mercadoria até os clientes no centro urbana da cidade. Com isso ampliei a horta, plantei couve, almeirão, cheiro-verde, alface, e um monte de coisa, levava carro lotado, chegava lá tinha ponto certo pra entregar. Em seguida saiu o programa do governo da merenda escolar (PNAE) e foi melhorando a nossa vida aqui no lote (assentado SO1, entrevista realizada dia 24/01/2018, Santa Olga).

Além do veículo adquirido com o financiamento, o assentado conquistou ordenha mecânica, curral para os animais, poço artesiano para o abastecimento de água na propriedade, enfim, recursos utilizados exclusivamente dentro dos lotes para fomentar seus processos produtivos e proporcionar qualidade de vida a sua famílias, bem como melhores

condições de trabalho. Reafirmamos que os assentados de nossa pesquisa que tiveram acesso ao PRONAF, alguns já quitaram a dívida, outros estão em andamento ou em carência, porém, seus projetos foram e estão sendo executados em seus lotes, entretanto, a maioria das aquisições e comercializações são realizadas na sede urbana do município de Nova Andradina. Contudo, como é de costume nos assentamentos do município, a luta pela permanência na terra está escalada em qualquer esfera das políticas de Estado, e no PRONAF não é diferente.

Ao fazer uso da linha de crédito, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e/ou Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural de cada Estado (EMATERs) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando os assentados para as linhas específicas de crédito a que tem direito (BRASIL, 1996). Contudo, esta dinâmica constantemente não circula neste sentido, pois, os assentados possuem a carência de assistência técnica rural, e, por conseguinte, a emissão de documentos (DAP, etc) que são de responsabilidade do Estado, contribuem para este desalento nos assentamentos do município, devido à ausência do cumprimento junto aos assentados.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a Agricultura Familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização, que favorecem a aquisição direta de produtos dos assentados ou de suas organizações sociais, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, demais povos e comunidades tradicionais para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Em nossa pesquisa, somente no Assentamento Santa Olga foi relatado a participação no PAA, por meio da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga (COOPAOLGA) foram entregues alimentos ao Hospital Regional de Nova Andradina, como leite, verduras e legumes, mas em pequena quantidade. Os demais assentamentos do município não houve evidências por nossos participantes.

Entretanto, ano de 2013³, há registro da adesão de assentados da Linha da Amizade do Assentamento Teijin ao programa. De acordo com o fato, foram entregues alimentos, como melancia, limão, maxixe, abóbora e mandioca, ao Lar Sagrado Coração de Jesus (asilo), à Casa do Migrante e à Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) por intermédio de um vereador do município. Este programa possui carência de entendimento e de aplicação no município de Nova Andradina. Pouco se articula dentro dos assentamentos a adesão ao PAA, sobretudo as lideranças locais, não somente de cunho político, mas as próprias entidades socioassistenciais do município.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei nº 11.947/2009, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e oferta de refeições que atendem à necessidade nutricional durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados para alimentação escolar. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre os assentados do município, Estado e país, nesta ordem de prioridade (BRASIL, 2015).

Ao tratar de alimentação somada à educação, estamos transitando na formação da futura geração do país, do Estado, do município, dos vilarejos, enfim, da construção de uma sociedade mais humana e saudável. A alimentação escolar ou “merenda escolar” como um de nossos participantes relatou, é traduzida como saúde aos filhos e filhas de toda uma comunidade. O tratamento dado na produção destes alimentos é visto como uma extensão do próprio núcleo familiar dos assentados. A aquisição destes alimentos à alimentação escolar promove a inclusão dos alunos ao contexto local e regional produtivo em que estão inseridos. O repasse de no mínimo 30% é apenas um indicador aos gestores municipais, porém, pode-se evoluir no entendimento de valorizar os camponeses do município, promovendo não somente relações comerciais, mas dignificando o trabalho daqueles que fazem da terra sua identidade de luta pela vida.

³Agricultores da Linha da Amizade aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://www.jornaldanova.com.br/noticia/28572/agricultores-da-linha-da-amizade-aderem-ao-programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

Por meio da cooperativa COOPAOLGA, instalada no Assentamento Santa Olga, os assentados participam do PNAE, podendo chegar até 90% da produção do lote entregues ao programa, segundo o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018). Além dos assentados do Santa Olga, também integram ao programa assentados do Teijin (dois assentados), do Casa Verde (quatro assentados) e um assentado do município de Ivinhema, do Assentamento São Sebastião, enfim, todos por intermédio da COOPAOLGA. O PNAE gera renda aos assentados e um plano de produção durante o período do contrato da chamada pública.

Buscamos apresentar políticas públicas de assistência técnica rural aplicadas nos assentamentos rurais do município pesquisado, porém, com um grau de ausência expressivo do Estado, no atendimento coletivo dos assentados. São ações ordenadas, nas esferas federal, estadual e municipal, que visam manifestar apoio prático aos assentados, de acordo com a demanda das partes. Por isso, serão expostas ações voltadas aos assentamentos, provenientes de convênios, parceriais, chamadas públicas, entre outras coparticipações no que se refere o atendimento técnico rural aos assentados de Nova Andradina. Várias ações são regulamentadas pelo governo federal, mas a efetividade e acompanhamento, na maioria das vezes, são realizadas de acordo com a acessibilidade dos próprios assentados e de iniciativas políticas locais, como, por exemplo, a AGRAER e Secretária Municipal de Desenvolvimento Integrado (SEMDI) do município.

Diante do contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi construída, em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003, através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, considerando elementos, como: gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais (BRASIL, 2015).

Os assentamentos do município de Nova Andradina possuem tratamentos distintos quando o assunto é assistência técnica rural. Constatamos, com nossos participantes, que não existe um atendimento padrão e uniforme nos assentamentos. A política de Estado de assistência técnica rural no município, quando assiste, é de forma fragmentada os assentados, bem como os assentamentos. Políticas municipais de atendimento aos assentamentos buscam de forma aleatória atender uma pequena parcela de

assentados, positiva, porém, não preenche a carência existente em assistência técnica rural dos assentados em virtude da abrangência dos assentamentos do município de Nova Andradina, que somam quase 2.000 famílias.

Partimos do Assentamento Casa Verde, o primeiro do município, que possui mais de 30 anos de criação, que ainda o termo assistência técnica rural é um dilema. Constituído pela reforma agrária, a qual o INCRA deveria assessorar, porém, nunca receberam assistência técnica rural pelo instituto. A AGRAER foi à única agência que esteve presente no assentamento, a qual os assentados podiam contar, mas, como a equipe está reduzida e vários assentamentos foram implantados no município, a demanda de serviços aumentou e, atualmente, o serviço da agência ocorre de acordo com a procura do assentado, caso contrário, trabalham com suas experiências vividas no campo. Alguns assentados do Casa Verde são sócios da Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivinhema Ltda (COOPAVIL), que oferece técnicos para auxiliar no processo de produção, sediada no município de Nova Andradina/MS.

Na criação do Assentamento Teijin, foi realizada uma chamada pública pelo INCRA para selecionar uma empresa que seria responsável pelas atividades de extensão rural e assistência técnica aos assentados. A primeira instituição a prestar serviços de assistência técnica rural no Assentamento Teijin foi a AGRAER (convênio com o INCRA encerrou em 2012), depois de uma chamada pública, fora contratada a empresa Associação Criança, Esporte, Cultura Educação e Recreação (CRESCER⁴³). A empresa atuou por cinco anos dentro do assentamento, no período de 2011 a 2016, segundo o assentado TJ3 (entrevista realizada dia 18/10/2017). Auxiliou os assentados (não sabemos a totalidade, mas, o atendimento não foi uniforme) em projetos para ter acesso ao PRONAF, como o crédito para custeio da propriedade.

Após o vencimento do contrato da CRESCER, não foi renovado pelo INCRA, com isso, os assentados começaram a contar com o apoio da AGRAER novamente (de acordo com a procura de cada assentado, pois a agência não tem efetivo suficiente para atender os assentamentos do município). Este atendimento parte da necessidade de cada assentado e sua disponibilidade de se deslocar até o endereço da agência no centro urbano do município, contudo, como já dito anteriormente, o efetivo da agência é pequeno diante da extensão dos assentamentos do município.

⁴³Instituição contratada pelo INCRA para realizar atividades de assistência técnica rural aos assentados do Assentamento Teijin.

O Assentamento São João, que possui sua localização no limite físico entre o município de Nova Andradina e Nova Alvorada do Sul, é o mais comprometido no quesito assistência técnica rural. Segundo o assentado SJ1 (entrevista realizada dia 27/10/2018), depois de anos, começaram a receber orientação da AGRAER do município de Nova Andradina. A AGRAER intermediou o PRONAF, pois como o assentamento pertence ao município, os assentados são obrigados a realizar o projeto de financiamento, na agência do Banco do Brasil de Nova Andradina. Após o PRONAF, não foram mais atendidos pela agência de Nova Andradina. De acordo com o assentado, atualmente, ocorre de maneira eventual à visita de técnicos da AGRAER de Nova Alvorada do Sul, por estar mais próxima do assentamento, que foi confirmada pelo coordenador da AGRAER de Nova Andradina. Contudo, o assentado ressalta que a assistência não atende os reais interesses dos assentados, pois eles precisam de um atendimento mais próximo com a produção nos lotes e uma análise permanente do solo, possibilitando melhorar o processo produtivo e de permanência no lote.

No Assentamento Santa Olga, encontramos um cenário diverso da realidade dos outros assentamentos do município. Os assentamentos possuem acesso a AGRAER como ponto de referência em assistência técnica rural no município, que se faz presente também no Santa Olga, nos mesmos critérios de atendimento, de acordo com a procura dos assentados. No Santa Olga, além da AGRAER, de acordo com o assentado SO1 (entrevista realizada dia 24/01/2018), alguns assentados recebem acompanhamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pois nem todos os assentados de nossa pesquisa recebem ou receberam assistência técnica rural em seus lotes. Uma das justificativas do atendimento do SEBRAE e SENAR é o funcionamento da cooperativa COOPAOLGA e a participação de programas sociais de venda de alimentos. Ressaltamos que a empresa CRESCER também realizou projetos no Santa Olga, no mesmo período em que esteve presente no Assentamento Teijin, porém, ao findar o contrato com o INCRA, não ocorreu mais projetos de assistência técnica rural direcionados aos assentamentos do município de Nova Andradina.

As políticas de Estado deveriam possibilitar atendimento em assistência técnica rural permanente aos assentados de reforma agrária. O que encontramos nos assentamentos de Nova Andradina é o espelho de ações do descompromisso de políticas públicas de assessoramento técnico rural aos assentados do município. Vários são as

entidades e organizações que se inserem nos assentamentos de Nova Andradina. As políticas municipais de desenvolvimento no campo são importantes e essenciais aos assentados. Contudo, a parcela atendida ainda é inferiores aqueles que estão à margem da luta diária de permanecer em seus lotes diante de uma política de assistência técnica rural que garante atendimento necessário para sua produção e reprodução social na sua territorialidade dos assentamentos do município. Não se permite desamparar àqueles que não procuram, mas buscar atender aqueles que lutam para se manter vivos em seu lote, produzindo alimentos para o bem comum e, ainda, preservando os camponeses em seu campo de morada e de vivência na terra de trabalho.

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) é um órgão corresponsável pela promoção do desenvolvimento rural, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) – subdivididas em seções regionais pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Compete a AGRAER regional de Nova Andradina a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e demais serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agricultura e pecuária destinados aos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares, agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores, aquicultores e a proposição da política de reforma e desenvolvimento agrários visando à regularização fundiária aos Projetos de Assentamentos, bem como o seu planejamento, sua coordenação e seu desenvolvimento sustentável na atividade (AGRAER, 2008).

O papel da AGRAER nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina está vinculado à demanda dos assentados, sendo a agência seu ponto de apoio de modo mais direto ou “abrangente” de acordo com o coordenador local do órgão (entrevista realizada dia 28/09/2017 na sede da AGRAER do município). Todos os assentamentos são atendidos, exceto o Assentamento São João, que é atendido pela AGRAER do município de Nova Alvorada do Sul, devido estar mais próximo daquele município, e, também, porque os assentados possuem afinidade maior com aquela localidade onde realizam seus compromissos bancários e buscam seus suprimentos, sejam nos supermercados, agropecuárias, etc.

A entidade possuía convênio com o INCRA, porém, se encerrou, no ano de 2012, e partir daí a assistência é realizada de acordo com a demanda dos assentados, não somente dos assentamentos, mas de todo o município. Atualmente, possuem parcerias com a

prefeitura municipal, com o SEBRAE, com o SENAR e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agropecuária Oeste), “atendendo os assentados regulares nos lotes”. A AGRAER não possui efetivo suficiente para dar assistência técnica a todos os assentamentos rurais, bem como as demais propriedades do município.

A AGRAER no município não possui nenhuma participação na criação dos assentamentos rurais, seja no cadastro e/ou triagem das famílias a serem assentadas, no tamanho dos lotes, na desapropriação das propriedades, entre outros momentos de implantação do projeto.

De acordo com a coordenadoria local⁵ da AGRAER do município de Nova Andradina, atualmente, 90% das ações realizadas de assistência técnica rural nos assentamentos rurais estão voltadas para a produção de leite. As orientações estão pautadas na melhor aquisição de animais (geralmente vacas leiteiras), no cercamento da propriedade, na construção do curral, na produção de silagem, melhorar a eficiência da produção (desde o plantio das sementes, a capineira, etc), na correção do solo (adubação) e, ainda, palestras e reuniões para capacitar os assentados em suas áreas de atuação nos lotes. No período em que o INCRA possuía convênio com a AGRAER, eram feitas visitas com mais frequência aos assentamentos, mas, atualmente, é realizada de acordo com a procura do assentado.

Além da produção leiteira, a entidade juntamente com a prefeitura municipal e o SEBRAE está incentivando a produção de maracujá no Assentamento Santa Olga e, no Teijin, a produção do colorau, que já conta com a participação de 25 assentados, também apoiados pela AGRAER do município de Ivinhema (o município já possui assentados que trabalham com o colorau). Segundo o coordenador local, o interesse pela produção de colorau foi dos próprios assentados que, de acordo com esta demanda o órgão, buscou junto à prefeitura viabilizar a forma de colheita e de comercialização no mercado. Outro trabalho de grande relevância é a produção de hortaliças, principalmente no Assentamento Santa Olga, iniciado os primeiros projetos pela AGRAER por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁵Entrevista realizada com o coordenador local da AGRAER, o Agrônomo R. Z. dia 18/09/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do Estado na condução da reforma agrária nos projetos de assentamentos no município de Nova Andradina reforça a tese de Fernandes (1999), que “sem a luta pelo acesso a terra e para permanecer nela, não existirá distribuição de terras no país”. A ausência de políticas públicas e os obstáculos da sobrevivência cotidiana nos assentamentos não permitiram que nossos participantes desistissem de permanecer em seus lotes. Alguns assentados podem até desistir, abandonar e vender o lote, porém, isso não é regra, devemos olhar aqueles que estão lutando diariamente em permanecer na terra, em utilizar sua força de trabalho na produção de alimentos para a comunidade.

As lutas pela permanência nos lotes dos assentamentos do município de Nova Andradina reforçam e retratam que os assentados, mesmo limitados e não assistidos pelo Estado, buscam, em suas aptidões de produção, agregar não somente seus produtos, mas sua reprodução social no campesinato, formando relações sociais, econômicas, culturais e políticas no município em que estão inseridos.

Ao longo de nossa pesquisa, constatamos que a dinâmica da luta pela posse da terra nos assentamentos rurais no Município de Nova Andradina/MS apresenta-se envolvida por vários aspectos. Um deles é o processo de distribuição de terras improdutivas e devolutas no Brasil, que submete os trabalhadores rurais sem terra a momentos de ineficiência do poder do Estado. As manifestações e os bloqueios que os assentados realizaram ocorreram com o propósito de serem ouvidos na luta pelo cumprimento da reforma agrária no município. Percebemos que o descaso e o desrespeito do Estado, enquanto fiscalizador e executor das políticas provocam e agravam as relações fundiárias do país, contribuindo para que estes assentados se estabeleçam em condições inoperantes nos assentamentos e fique a mercê da sorte em seus próprios lotes, como aconteceu e acontece nas trajetórias de luta pela terra relatada por nossos participantes.

A ausência do Estado nos Projetos de Assentamentos se arrasta no cumprimento das políticas públicas junto aos assentados. É evidente que a política de reforma agrária possibilita o acesso à posse de terra dos trabalhadores rurais sem terra, porém, se não houvesse a luta dos trabalhadores(as), ela não se realizaria no município de Nova Andradina/MS. Políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de comercialização de

alimentos revelam um abismo entre o que está regulamentado e o que está sendo aplicado nos assentamentos. Para que os assentados possam acessar estas políticas, o Estado precisa regularizá-los em seus lotes, por meio de documentos que comprovem sua posse e produção. Caso contrário, é impedido de acessar sem a devida regularização junto ao INCRA. Esta inoperância, que impede o acesso às políticas públicas de reforma agrária, é a mesma que não cumpre com a regularização do assentado em seu lote.

REFERÊNCIAS

AGRAER, **Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul**, 2008. Disponível em: < <http://www.agraer.ms.gov.br/a-agencia/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 1ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979–1999)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimentacao_escolar/resolucao_042015_ceae.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon (coord.). **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2017**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP: Presidente Prudente/SP, 2017. Disponível em:< <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>>. Acesso em: 20/03/2019.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos avançados**, v. 8, nº 21, p. 147-163, 1994.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico do Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Civilização Brasileira, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul, 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms>>. Acesso em: 23 out. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 03 fev. 2018.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. Editora Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A política de reforma agrária no Brasil. **Direitos humanos no Brasil 2009**, p. 27, 2009

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em: junho 2020

Aceito em: outubro 2020